

BARRANCO DE CEGOS: O HOMEM E A HISTÓRIA NA "TORRE DOS QUATRO VENTOS"

*José Pedro Serra
(Universidade de Lisboa)*

RESUMO

Barranco de Cegos não é apenas um romance neo-realista de intervenção político-ideológica. No conflituoso universo rural desenhado, onde se manifestam poderosas e ancestrais forças ctónicas, são as questões da vida, da morte, da alteridade, do *sentido* que estão presentes.

PALAVRAS-CHAVE: Neo-realismo; ideologia; ruralidade

ABSTRACT

Barranco de Cegos is not only a neo-realist novel of political and ideological intention. In the rural and violent universe described, where powerful and ancient chthonic forces are acting, the main questions are about the meaning of life and death.

KEYWORDS: Neo-realism, ideology, rurality.

Pela marca ideológica da sua gênese, pelo empenho político e até partidário de autores que os integram, pelo cunho interventivo e social que a crítica neles reconheceu, há obras e movimentos literários cujo destino, sublinhando empoladamente a perspectiva do compromisso político-ideológico, deixa obscurcidas outras facetas, quer de conteúdo, quer da “arte literária” que igualmente os integram. É este, genericamente, o caso do neo-realismo e, mais particularmente, o de Alves Redol, autor que aqui nos importa. Não está em causa nem a intenção político-social, nem a consciência testemunhal que acompanha a sua obra, claramente expressas nos prefácios a *Fanga* (1963[1972]) e a *Gaibéus* (1965[1985]), escritos para reedições das obras, mas a “arte literária” e o amplo leque de inquietações que, sem a elas renunciar, a elas se não podem reduzir. O enraizamento de uma narrativa em circunstâncias históricas concretas outorga-lhe necessariamente uma coloração política, mas não permite o esgotamento da sua leitura num apertado e circunstanciado ponto de vista político. O objectivo desta reflexão é iluminar e questionar a mundividência do universo de *Barranco de Cegos*, realçando o que nele é política e o que, não deixando de se manifestar na *polis* – e, por isso, de ser político –, à política escapa, embora nesta se entrelaçando.¹

Por muitas e diversas razões, a leitura primeira e mais imediata de *Barranco de Cegos* é de natureza político-ideológica. Antes de mais, pelo modo como o narrador se apresenta, simultaneamente mergulhando na sociedade e emergindo da actividade política, dando-lhe uma orientação e tornando-a fértil de consequências. Logo no início, na “Breve nota de culpa” com que começa a obra, pede o narrador desculpa por ser ele a escrever a narrativa “pois a um neto de campino nunca deveria ser permitido o acesso a certos meios de expressão” (REDOL, s/d., p. 21) a que só o progresso “sorratamente” introduzido abriu as portas. Tal ironia, com que inicia a narrativa, aliás, a “crónica”, termo que marca o ferrete de um testemunho, não pode passar despercebida, uma vez que desenha o horizonte de conflitualidade, a luta de classes, e de emancipação dos mais fracos, no qual vai decorrer a acção. A partir da primeira página compreende-se, pois, que o narrador não só não é estranho ao conflito entre os senhores da terra e o campesinato, como também a sua narrativa é fruto das possibilidades abertas por esse conflito e pelo sentido libertador que este assumiu. Como espectador e como contador do que viu está o narrador ideologicamente *comprometido*.

O que na “Breve nota de culpa” se observa surge reforçado no “Epílogo” do livro II, “O livro das horas amargas”, que de algum modo encerra a parte verosímil da narrativa e que antecede a parte “fantástica” do livro III, sugestivamente designado “Livro das horas absurdas”. Nesse “Epílogo”, comentando a atitude do embriagado Norberto Caiador que, sonolento e dormente, não prestou, talvez por capricho, a tradicional reverência ao todo-poderoso Senhor Diogo Relvas, por isso extinguindo aquela aura mítica, reconhece o narrador que “foi ele quem apressou a libertação

da nossa irreverência”, libertando-os do “medo bisonho e venenoso para o gáudio da gargalhada destruidora de mitos”, facto do maior significado para os que “foram ultrajados uma vida inteira.” (REDOL, s/d., p. 432). O narrador, neto de campino, apropria-se da irreverência dos homens durante muito tempo ultrajados, fazendo-a também sua, e reconhece-se no processo histórico dessa metamorfose do “medo bisonho e venenoso” em alegre gargalhada destruidora de cativeiros. Desta forma, o compromisso ideológico marca e envolve toda a narrativa.

A posição política do narrador só ganha sentido quando integrada no mundo que o rodeia, neste caso concreto o mundo rural, quase feudal, do latifúndio da Lezíria ribatejana e do Alentejo, ele próprio integrado no Portugal da última década do século XIX e da primeira década do século XX e sofrendo o turbilhão político e financeiro que ao longo desse tempo agitou o país. Terras vastas beijadas pelo Tejo, ou montes e planícies situadas além deste; valadores e outros homens da jorna, que pelo suor transformam sementes em douradas searas no campo dos seus senhores; cavalos, touros e campinos que, acorrentados a uma endémica pobreza e dependência, misturam conjuntamente o hálito na terra, não raras vezes tingida galhardamente com o seu próprio sangue; proprietários de ânimo magnânimo e lutador que à força de chicote, de resolução e fria perseverança conseguiram construir e assegurar o seu poder, permitindo-se olhar de alto terras e homens e atravessar de cavalo ou em elegante charrete e com divina condescendência os seus domínios; estes são os contornos que marcam o ritmo e delimitam o mundo de *Barranco de Cegos*. E, neste quadro vivo de conflitualidade e de força telúrica, sobressai a figura de Diogo Relvas, esse “deus agrário” (REDOL, s/d., p. 21; 81; 343; 357) cuja autoridade esculpe a vida do seu núcleo familiar e cuja mão justiceira assegura a ordem do seu reino. É no contraste com esta figura dominante, intérprete privilegiado dos acontecimentos sociais, que outras figuras de menor relevo, evoluindo no espaço que lhes é próprio e assumindo o estatuto que lhes convém, vão animando a complexa teia de dependências e vínculos que se estabelecem entre os homens e as mulheres que habitam no palácio da Mãe-do-Sol (significativa designação) e os homens e as mulheres de Aldebarã (nome igualmente significativo, uma vez que designa uma estrela de primeira grandeza na constelação do Touro). Neste recortado mundo rural, autoritário, fechado e petrificado, de senhores e de servos, onde se reflectem as injustiças de um país desigual, pobre e atrasado, tudo gravita à volta do senhor da Mãe-do-Sol, desde a condescendência de um salário que permite o sofrido pão de todos os dias, até à inapelável aplicação de correctivos castigos, passando pelos gestos de caprichosa bondade que aquela indefesa gente vive como imerecida luz derramada de altivo céu.² As aspirações de um campesinato ignorante, pobre e inteiramente dependente esbarram na autoridade férrea do senhor da terra que imediatamente as cerceia, em nome da manutenção da ordem, do respeito, do triunfo dos “valores eternos” (REDOL, s/d., p. 346), e contra as dissolutas reivindica-

ções, ora dos liberais, ora da canalha republicana. A resistência de Diogo Relvas aos caminhos-de-ferro, as invectivas contra a indústria e os seus perigos (com a rara exceção das ocasiões em que dela beneficia financeiramente),³ a defesa apaixonada da Lavoura como privilegiado recurso económico do País e como fonte das virtudes de carácter (p.197-201), o altaneiro desprezo pela Europa e pelas ideias que de lá correm, em benefício de um Portugal, porventura isolado, mas fiel às tradições de um passado que se pretende imutável, são traços determinantes do quadro desenhado. No retrato deste país e na “crónica” destas gentes reconhece-se claramente a pulsação de uma intenção política que pretende prolongar a palavra em intervenção, ilustrada que foi a analogia que vincula as injustiças dos passados tempos do estertor da monarquia às dos modernos tempos do Portugal rural de Salazar.⁴ Como vemos, pois, ao salientar a atitude *engagée* que o autor imprimiu à sua obra em geral e a *Barranco de Cegos* em particular, a crítica mais não fez do que orientar-se por uma poderosa luz que emanava do próprio texto. E nisto não estava enganada.

No seio desta ineludível militância, importa, porém, manter bem desperta a atenção para o papel do escritor na *arte de narrar* e ainda para o pensamento que, fervilhando mais ou menos veladamente no decurso da narrativa, ultrapassa os circunstancialismos históricos e os estritos limites do testemunho político. Na portada que antecede a “Breve nota de culpa”, em jeito de aviso, escreve Alves Redol:

Ao assinalar que a acção deste romance se inicia numa semana de Maio de 1891, poderia levar alguém a supor que houve intenção de arremedar a história [...].

Certos acontecimentos, decisivos na vida dos homens de então, só aqui aparecem na medida em que a trama romanesca deles precisa para envolver homens imaginários que vivem e morrem nesta história sem ecos prolongados.

Prolongue-os somente a imaginação do leitor para esta vida efémera de algumas horas de convívio. (REDOL, s/d., p. 21)

Quem supusesse poder restringir a leitura deste romance à dimensão testemunhal, pórtico e promessa de compromisso político, encontrará nestas palavras razão suficiente para anular tal pretensão, uma vez que elas consagram a dimensão criadora do escritor que apenas recorre à história como barro fértil para a afirmação da sua imaginação. Não significa isto que se alheie a narrativa dos acontecimentos históricos; ao contrário, ao utilizá-los na justa medida em que os cruza com os “homens imaginados” que só na narrativa têm eco, consegue o escritor o afastamento e a depuração necessários para que melhor possa fazer falar a História e o edifício de dilemas, sofrimentos, esperanças e medos dos homens que a vão habitando. Garante-se assim o trabalho criativo do escritor e liberta-se, alargando-o, o horizonte do questionamento de que é portador.

A outra indicação importante que consta igualmente da página que antecede o começo da narrativa consiste na citação do Evangelho de S. Mateus, 15, 14: “Deixai-os; cegos são e condutores de cegos; e se um cego

guia a outro cego, ambos vêm a cair no barranco”. Ao evocar esta poderosa imagem, cuja força e influência se transmite ao próprio título da obra, Alves Redol aponta para o lugar central que a ampla e inesgotável questão da cegueira ocupa na ficção. Ao longo do texto, a sugestão confirma-se inteiramente e este farol indicador das margens do sentido transforma-se em luz irradiante, tal é a centralidade e a profundidade da questão da oposição cegueira/lucidez. Não é apenas quantitativamente, pelo efeito de uma presença recorrente, que a questão da cegueira se impõe,⁵ mas também qualitativamente, pela imensa amplitude das ressonâncias que envolve, de natureza política e social, familiar, individual, psicológica, antropológica e filosófica, pois muitas são as dimensões implicadas no anseio – ou na suposição – de *ver clara e luminosamente*. A lucidez é um dos princípios que a personagem principal adota para si e para a sua conduta, o que ainda mais sublinha alguns traços trágicos que acompanham o destino deste homem. Veremos como o tema da cegueira/lucidez se associa ao tema da “visão do alto”, do olhar sinóptico, mediante a simbologia do mirante, da torre.

A personalidade de Diogo Relvas, senhor de terras, proprietário do palácio da Mãe-do-Sol e da aldeia de Aldebarã, domina toda a narrativa. A construção do seu carácter é factor decisivo na coloração deste mundo rural e da sua ordem. Diogo Relvas é um homem destemido e corajoso, um intrépido lutador que desde os quinze anos, por morte do pai – que entrou “no portão da quinta, pronto a morrer, às costas do Manel Fandango, sem queixa que se lhe ouvisse do corpo esfrangalhado” (REDOL, s/d., p. 23) –, assumiu o comando das terras e a responsabilidade do exercício da autoridade. As suas palavras e os seus actos são esculpidos a ferro e fogo, de forma a ser por todos claramente perceptível que “com os Relvas não se brinca” (REDOL, s/d., p. 293) e que o poder que detêm e exercem não é passível de contestação, nem pode ser ameaçado. Se as circunstâncias o exigirem, por razões de honra e de sobrevivência do seu estatuto, a vingança de que será capaz não conhece limites e executá-la-á com a frieza de um deus perverso. Homem pragmático, avesso a débeis romantismos,⁶ a força é a expressão primeira deste carácter, força perante a dor e as contrariedades, razão pela qual “sempre apelidara de ignomínia, de última ignomínia, a fraqueza dos outros, aquilo que considerava a corrupção do próprio sangue [...]” (REDOL, s/d., p. 159).⁷ Em família e em sociedade, a *lógica* do que deve ser feito, por imperativo do dever e da ordem, impõe-se e sobrepõe-se a todas as outras possibilidades de acção, acorrentando-o ao comportamento “fatalmente necessário”, qualquer que seja a gravidade, para si e para os seus, das consequências do acto. Não por acaso, a atitude pedagógica que assume, como pai e senhor de Aldebarã, na família e na sociedade, funda-se na ideia de adestramento, não propriamente de educação, cujo segredo do sucesso está na mestria do uso do chicote e do açúcar,⁸ modelos de castigo e de recompensa mediante os quais se inibe e se estimula comportamentos, manipulando e dominando os homens, identificados a animais domesticados, inibidos e condicionados.

A faceta dominadora, como seria de esperar perante a complexidade caleidoscópica da psique, não esgota a personalidade de Diogo Relvas. Além de um orgulhoso e arrogante brio que o faz respeitar até aos limites o lema dos Relvas – sempre o melhor,⁹ o senhor da Mãe-do-Sol manifesta uma cumplicidade com a energia telúrica de um solo ardente que o faz comungar, *con-sentir*, com as forças ctónicas e primárias da terra, com a força pulsional, sexual que a anima, inextinguível sangue primordial que se regenera mediante a vida e a morte. Diogo Relvas, também ele, brota da potência dessa mesma terra, identifica-se com o que da terra nasce, da terra se alimenta e à terra volta, ciclo glorificador pelos mortais cumprido. Este é um dos traços mais marcantes – e também mais comoventes – do seu modo de ser. É certo que esta compreensão da terra e a comunhão com os que autenticamente a habitam surge não raras vezes desfocada e falseada pelo exercício do seu poder; é isso o que ocorre quando, na visita de Suas Majestades à propriedade, as acolhe acompanhado a cavalo pelo campino mais velho, “como emblema da terra em que servo e senhor se davam companhia perante a Coroa, sem hierarquias na submissão que lhe era devida.” (REDOL, s/d., p. 197). Tal facto, porém, não anula a vibração cósmica que acompanha a ligação “elementar” à Terra – de que a descrição da recepção ao Rei é bom exemplo¹⁰ – e que o leva, na decisiva hora da morte e da sepultura, litúrgico momento de uma derradeira presença, a escolher, entre parentes e servos, aqueles que, sem distinção de coval, eram verdadeiramente mercedores da guarida da Terra (REDOL, s/d., p. 24).

Em vários passos Diogo Relvas é designado por “deus agrário” e há nessa designação uma dupla justeza: a indicação do homem que decide e age com o arbítrio de um deus e a referência a um antiquíssimo universo agrário de deuses, de celebrações e de rituais, onde se venera e se exorciza o envolvente e tremendo poder da Vida e da Terra, apreciada e desenhada como um imenso ventre materno.¹¹ O ambiente ribatejano, povoado por touros e cavalos, animais que pertencem à terra, ainda mais acentua esta vertente ancestral. O touro, cujos cornos em quarto crescente e em quarto minguante o vinculam ao ciclo lunar e vital, simboliza o poder primário das forças da fertilidade, o violento tumulto ctónico que se expressa como o hálito da terra (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1969, s. u. Taureau). No touro que corre na Lezíria é o coração da Terra que pulsa e estremece. E também o cavalo é um animal associado às forças ctónicas. Nascido do sémen de Posídon derramado numa rocha,¹² o enérgico galope do cavalo, surgindo da terra ou do mar, é a representação do sangue que corre pelas entranhas da terra. E é no convívio com touros e cavalos que se faz a vida de campino.

Além destes aspectos contextuais, a própria estrutura da narrativa e o modo como se desenvolve reforça a importância destas características do universo agrário: a força do sexo e da maternidade, a crueldade e a dimensão regenerativa da natureza. A mulher de Diogo Relvas morre de parto, ao dar à luz Maria do Pilar, a filha mais amada que, depois da aventura

sensual com Zé Pedro Borda-d'Água, o tratador de cavalos, será colocada no monte de Cuba, lugar de tradicional exílio, onde morrerá decorrido um ano. De igual modo, o destino de Zé Pedro, protegido pelo senhor da terra depois que o seu pai, João Pedro Borda-d'Água, fora morto pelo *Passari-nheiro*, um touro de pouca confiança, no momento em que se executava a castração, não pode passar sem o devido realce: depois de morto, os órgãos sexuais ser-lhe-ão amputados e deitados ao Tejo pela própria mão daquele que, por vingança de honra, ordenara o assassinio, Diogo Relvas.¹³

Esta *leitura terrena* cruza-se, porém, com uma outra gerada de cima, e cuja materialização simbólica e espacial é a torre, concretamente a “Torre dos Quatro Ventos”. É sabido o valor simbólico da Torre, seja ela a *Babel*, o *zigurate*, a *árvore cósmica* ou a *escada celeste*. Lugar de ascensão ou de queda, de comunhão ou de separação, de purificada visão sinóptica ou de confusão, a “Torre” é possuidora de um inesgotável simbolismo. Inseparável desta antiga herança, a Torre desempenha em *Barranco de Cegos* um relevante papel. Começemos, antes de mais, pelo nome: “Torre dos Quatro Ventos”. Tal designação, a que corresponde, de resto, uma janela voltada para cada um dos pontos cardeais, indicia o lugar de convergência dos “ventos” que tudo trazem e o lugar de dispersão dos “ventos” que tudo levam; afinal, na vida, o vento o traz, o vento o leva, e nada melhor do que o sopro dos ares para mostrar a roda da fortuna e a inconsistência do tempo e da vida. Como lugar nuclear de convergência e de dispersão – no fundo, depende do lado da janela por onde se olha –, a Torre assume um papel decisivo na natureza do olhar e na lucidez com que se olha a terra. Lugar de cruzamento entre horizontalidade e verticalidade, a Torre pode ser lugar de revelação e de salvação, ou lugar de obscurecimento e perdição. Em qualquer dos casos, não está em causa o carácter excepcional e decisivo da experiência de quem por ela sobe e de quem nela habita.

A “Torre dos Quatro Ventos” desempenha ao longo da narrativa um papel fundamental, inteiramente de acordo com o valor simbólico assinalado. A sua importância estende-se por diversos aspectos; antes de mais, a “Torre”, acrescentada ao palácio pelo avô *Chicote*, é lugar da memória, da memória dos princípios (era a mobília simples e fruste do avô, o fundador da casa, que a decorava), da memória da obra dos Relvas, das suas qualidades (“a objectividade, a coragem no essencial, o amor pela perfeição, a pertinácia” [REDOL, s/d. p. 49]), como o lembrava, lá mesmo, Diogo Relvas), da reflexão sobre a missão do palácio da Mãe-do-Sol.¹⁴ A “Torre dos Quatro Ventos” é também lugar de recolhimento e de solidão – só o senhor da casa a ela tinha acesso –, a pátria das “horas extremas”, horas amargas e felizes, mas, sobretudo, de decisões graves que exigiam o melhor do pensamento e da energia dos Relvas. É ainda lugar de autoridade e de excepcional marginalidade; de autoridade porque as arriscadas decisões são aí tomadas por quem de direito, e porque só ao Rei é legitimamente franqueada a entrada (REDOL, s/d., p. 204); de excepcional marginalidade porque as tentações da carne venceram uma vez, uma única vez, quando

uma apetecível e jovem marquesa teve o capricho de apenas se entregar na Torre que, aliás, depois enriqueceu com a oferta de um binóculo (REDOL, s/d., p. 51).

O que melhor se ajusta à “Torre”, porém, é ser ela privilegiado lugar de visão e, conseqüentemente, de compreensão e avaliação, com riscos inerentes à possibilidade de erro e de logro. Do alto da torre vê-se a propriedade bordada pelo Tejo e vê-se igualmente o trabalho dos homens que labutam lá em baixo. Lugar de convergência e de dispersão, a “Torre dos Quatro Ventos” é também lugar do cruzamento entre o inferior e o superior, possibilitando ora a lúcida sinopse geradora de sentido e de compreensão do real, fonte de inteligibilidade nos vínculos que unem o passado, o presente e o futuro, vestes que envolvem esperanças e inquietações dos homens, ora escondendo-a e falseando-a, atirando o homem para os logros e ilusões que alimentam os *cegos que conduzem cegos*.

E é o falhanço de Diogo Relvas na concretização desta dupla possibilidade que lhe outorga em alguns aspectos um perfil trágico.¹⁵ Bem pôde o senhor de Aldebarã subir ao céu do seu mirante, mas o que colheu não foi a visão luminosa e ígnea da realidade desvelada, mas o equívoco e a cegueira, afinal tão oposta à desejada lucidez que proclamava possuir. A repetida ascensão ao austero quarto dos seus antepassados não impediu que se equivocasse relativamente aos seus filhos, particularmente a António Lúcio, que sempre considerara um fraco até ao dia em que, na ausência do pai, uma terrível cheia pôs a descoberto a coragem, a bravura e até a generosidade de que era capaz (REDOL, s/d., p. 138 ss). Demasiado tarde porque tendo salvado homens e animais, a morte levá-lo-ia, sem que permitisse a Diogo Relvas corrigir o seu erro.¹⁶ Nem impediu que, senhor todo-poderoso da casa e das terras, fosse ele próprio agrilhado à fatalidade das palavras ditas,¹⁷ à fatalidade de uma conduta que o esmagou, sem dar oportunidade ao perdão e à misericórdia por que ele próprio ansiava e que o poderiam ter salvado. A vingança que impõe à filha, e que o destrói porque inútil na ausência de alívio que lhe poderia trazer,¹⁸ deriva do cumprimento de pretensos princípios abstractos, desencarnados e desalmados, que como uma maré de desgraças vão exigindo vítimas e sacrifícios:

E passara dois dias entre a cama e a poltrona, sempre vestido. Alimentara-se com água e sofrimento, entre o ódio e as lágrimas, sabendo que teria de ser implacável na vingança, embora fosse atingir a filha que mais amava. Viu-a desde pequena até ser uma mulher. (REDOL, s/d., p. 289)

Diogo Relvas falhou na lucidez que perseguia e foi vítima da sua própria cegueira. Porque o olhar abrangente permitido pela “Torre dos Quatro Ventos” lhe não proporcionou o olhar inteligente que integra os céus e a terra, a altura e a planície; porque a sua visão se esgotou no imobilismo hierárquico que o favorecia; porque falhou no amor, na amizade e no comando; por tudo isto mudou-se a Torre em lugar de derrota, de esterilidade e de morte. O que poderia ser o cume verdejante da alta mon-

tanha, onde acontecem as madrugadas de inteligibilidade e onde as noites se passam na sábia companhia da ave de Minerva, mudou-se em lugar da vergonha, do falhanço, da derrota, enclausurado recinto de putrefacção e embalsamento. Isolado e vencido, refractário à vida e à compreensão, Diogo Relvas emparedou-se na sua Torre, permitindo a entrada apenas ao seu neto Rui Diogo, que lhe segue os passos no desastre. Do garbo e do gigantesco porte com que se apresentava já nada resta. Afinal, os fundamentos para essa imponente presença eram frágeis: bastou que um insignificante caiador, sentado inerte à porta da taberna, o ignorasse, não lhe reconhecesse nem a importância, nem as ordens, para que, como *flatus uocis*, o seu orgulho se esvaísse e o seu domínio empalidecesse (REDOL, s/d., p. 337-342). É na Torre que morre, passado um tempo que ninguém consegue determinar, estendendo um véu de ilusão e de idolatria sobre aqueles simples que ainda olham para o mirante como a sede do poder que os governa.

Na última parte do romance, “O livro das horas absurdas” assiste-se à construção do cenário “fantástico” de onde justamente emergem poderosas as ideias da morte e do nada. Depois de morto, e para que a fonte da ordem se não extinga e a realidade se mantenha imóvel, Rui Diogo mandou embalsamar o corpo do avô, colocando-o sentado à mesa e visível para que a sua imagem, embora sombria e cadavérica, mantenha a influência sobre aqueles que, temerosos, a observam. Bem avisou o taxidermista que não podia o avô apanhar Sol e ar, mas o vidro partido por um gato vadio, enquanto perseguia um pássaro, consumou a desgraça. No ar fresco da vida que invadiu a “Torre dos Quatro Ventos”, o que restava do corpo de Diogo Relvas pulverizou-se e desapareceu, deixando a nu o vazio, o nada que durante tempo aquelas paredes vigiaram. O nada, não, porque, tal como de há muito, “o caruncho roía, roía, continuava a roer, como se fosse um relógio de devorar o tempo...” (REDOL, s/d., p. 341) e, acrescento eu, sinal de exortação para que uma reflectida consciência se aperceba do que é alto e rasteiro na vida, sempre breve e efémera.

Na visão nascida do cruzamento da Terra e dos Céus, na visão sinóptica que os envolve e os cruza, está não apenas a percepção dos sinais dos tempos, do sentido da História e da modulação da nossa participação nela, mas também de tudo o que de decisivo se joga na interioridade de um homem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUESCU, Helena Carvalhão. *Avieiros* de Alves Redol. Uma história das pequenas epopeias. *Nova Síntese. Textos e contextos do neo-realismo*. Lisboa: Colibri, 2012, pp. 56-60.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dictionnaire de symboles*. Ré. Paris: Robert Laffont, 1999.

ELIADE, Mircea. *Traité d'histoire des religions*. Paris: Payot, 1959.

GRIMAL, Pierre. *Dictionnaire de la mythologie grecque et romaine*. 14e ed. Paris: P.U.F., 1999

REDOL, Alves. *Barranco de Cegos*. Lisboa: Publicações Europa-América (livros de bolso), s/d.

_____. *Fanga*. 8. ed. Lisboa: Europa-América, 1972.

_____. *Gaibéus*. Lisboa: Re. Lisboa: Europa-América, 1985.

REIS, Carlos. Alves Redol e a poética do romance: encruzilhadas e derivas ideológicas. *Nova Síntese. Textos e contextos do neo-realismo*. Lisboa: Colibri, p. 15-29, 2012.

Recebido para publicação em 27/11/14

Aprovado em 18/01/15

NOTAS

1 A imbricação do individual no colectivo, a propósito de Alves Redol, foi já referida por Helena Buescu (2012, p. 57) ao salientar que a materialidade individual do sujeito não é exterior a esse projecto colectivo, antes dele se alimenta para se tornar mais complexa e, aliás, mais capaz de uma **acção** imbricada na **reflexão**. Poder-se-á ainda perguntar se *Barranco de Cegos* não é uma deriva na obra de Alves Redol, como o sugere Carlos Reis (2012, p. 15-29). Ainda que o seja, é espiga nascida na sementeira do neo-realismo, o que, para o caso, basta.

2 Um bom exemplo dessa bondade cujos efeitos são valorizados até ao absurdo está presente logo no início, quando o narrador afirma que o patrão Diogo se dignou, “sem nojo, concretizar uma carícia nos cabelos encaracolados da minha cabeça de menino pobre. Toda a minha família falou desse facto histórico durante mais de uma década, julgando-me talvez predestinado para agradar aos amos [...]”. (REDOL, s/d., p. 21). Veja-se igualmente o episódio do empréstimo da terra de Bem-de-Deus (REDOL, s/d., p. 228 ss).

3 A crítica aos caminhos-de-ferro, pretexto para negociatas e para o fomento de interesses obscuros, é frequente (REDOL, s/d., p. 26, 29, 72). De igual modo, a crítica apaixonada à indústria, turbilhão que vem perturbar o equilíbrio rural. Neste caso, porém, o receio prende-se com a possibilidade dos trabalhadores abandonarem o trabalho nos campos em benefício do trabalho nas fábricas, a troco de um melhor salário. Tais princípios, todavia, não são tão rígidos sempre que a indústria beneficia os seus próprios interesses financeiros (REDOL, s/d., p. 34, 125, 174, 179, 184, 187, 223-224, 322).

4 Numa espécie de prefiguração curiosa, encontra-se já no discurso de Diogo Relvas aquela mesma posição política do “orgulhosamente sós” que mais tarde Salazar tornará célebre em discurso pronunciado em 1965 e que serviu de motivo de elogios para os defensores do regime, que viram nessa solidão uma superioridade moral, e de motivo de crítica para os opositores, que viram nele um serôdio e retrógrado afastamento da comunidade internacional. “O povo não estava preparado para usar de liberdades [...]. O melhor seria fechar os Pirenéus ao contrabando das ideias; e se tanto fosse necessário, nem pessoas, nem coisas passariam a barreira, mesmo que houvesse de defrontá-las à má cara. E a gente havia de se governar – sòzinhos até, pois então! – sem más vizinhanças. O mundo ainda acabaria por nos agradecer a lição. (REDOL, s/d., p. 239). Ver também REDOL, s/d., p. 330. Poder-se-ia ainda juntar a ideia dos “pobrinhos mas honrados” (REDOL, s/d., p. 230).

5 “Sim, ele [Diogo Relvas] sempre fora um homem lúcido. Gostava de sabê-lo e de prova-lo. No dia em que percebesse que deixara de o ser, já escolhera a maneira de acabar.” (REDOL, s/d., p. 295) Ver ainda REDOL, s/d., p. 27, 40, 48, 133, 180-181, 195, 202, 205, 225, 227, 250, 255, 284, 286, 295, 320. Em momentos raros, Diogo Relvas problematiza

a própria lucidez, embora logo no momento seguinte abafe a dúvida: “Tive sempre uma preocupação: ser lúcido. O que nem sempre é fácil, porque a lucidez é um óculo de muitas lentes... E qual será a boa?” (REDOL, s/d., p. 344-345). São momentos raros e que não frutificam: “a lucidez continua a ser a melhor ilusão da sua vida.” (REDOL, s/d., p. 356) Até no delírio do sonho a lucidez o ocupa (REDOL, s/d. p. 351).

6 Esta aversão a qualquer “romantismo”, que se traduz frequentemente em duro e cruel pragmatismo, está exemplarmente ilustrada na atitude tomada relativamente ao Tóino Valador, a quem quis expulsar da casa, a ele e à família, por terem mais do que o número de filhos “aconselhado”. É que a aldeia era apenas para uso dos seus trabalhadores e Diogo Relvas não podia comprometer-se a arranjar trabalho para todos os filhos quantos homens e mulheres decidiam ter (REDOL, s/d., p. 165-168). E no modo condescendente como, em sentido incómodo, solucionou a questão mostra-se ainda a arbitrariedade do “deus agrário.”

7 A lembrança que guarda da infância de uma bateira à deriva impressionava-o como imagem da derrota (REDOL, s/d. p. 45): “A lei teria de continuar a vir deles [lavradores]. Cada um, isolado, seria pouco mais que uma bateira arrombada – isso mesmo, uma bateira arrombada posta à mercê da cheia que tudo arrasta para o mar. A lembrança dessa bateira abandonada, vista numa tarde da sua infância, na margem norte do Tejo, e impelida pela bridade das águas, negra e quase desfeita, ficara-lhe desde então como a imagem acabada dum derrota irremediável.” Pela força pode o homem impor a sua fortuna: “– A sorte é um vento que sopra sempre a favor do mais forte.” (REDOL, s/d., p.137).

8 “A vida é também um picadeiro; exactamente um picadeiro. Há almas que se amassam só com açúcar, que é o que damos ao cavalo, e na nossa mão, para que ele veja quem lho dá, e perceba que mereceu a recompensa. [...] Deus põe o barro, mas nós é que lhe damos o jeito. É uma questão de paciência, de chicote e açúcar... Tudo na altura própria. E o segredo, todo o segredo, está nisso.” (REDOL, s/d., p. 71). Veja-se ainda REDOL, s/d., p. 80, 320, 355.

9 “Quando lhe trazem um cesto de frutas dos pomares, ou um punhado de cereais de terras suas, ou se detêm perante um animal de gado manadio por eles criado, sabem que está ali o melhor, o extremo possível do melhor, e usam [os Relvas] de palavra exacta, e única, para pôr no coruto de todas: isto tem dignidade.” (REDOL, s/d., p. 77).

10 Cf. REDOL, s/d., p. 195-201. Nestas páginas sente-se o mistério da alegria pagã, a comunhão profunda com a terra ancestral.

11 A contiguidade entre a feminilidade, a maternidade e a Terra está claramente expressa: “Os pássaros espalham sementes, mas só a terra é capaz de acolher, alimentar e fazer florir o que traz no bico um pássaro vadio. A terra dispõe de um poder que os homens não têm. (p. 65). Esta concepção evoca uma complexa teia de simbolismos presentes nos rituais e nas mitologias agrárias. (Cf ELIADE, 1959).

12 O cavalo surge frequentemente associado a Posídon, deus marítimo que possui fortíssimos traços ctónicos como o prova o epíteto “que faz tremer a terra”. Esquífio, considerado o primeiro cavalo, nasce do sémen de Posídon e também a paternidade de Pégaso, o cavalo alado, é atribuída a Posídon. Cf. (GRIMAL, 1999, s.u. Pégase)

13 Esse prolongamento entre touro, cavalo e homem, tal como surge no amante de Maria do Pilar é desde logo sugerido ainda antes do desenlace fatal nas palavras de Zé Pedro e de Miss Curry (mais uma vez o nome: “Caril”...), a professora de inglês de Maria do Pilar, a propósito de um “cavalo com um pouco de sangue a mais. Afirma Zé Pedro: - São demasiado secos e um pouco angulosos; os de olhar muito vivo que denuncia inquietação e turbulência de movimentos. Raramente estão quietos, adivinham tudo à distância... Arruinam-se depressa. (REDOL, s/d., p.153) E perante isto, as palavras decifradoras de Miss Curry: - Repare, Maria do Pilar, repare bem para ele – segredava a preceptora. – Veja como é exactamente um desses cavalos sanguíneos... (REDOL, s/d., p. 154). O título do capítulo VII do primeiro livro, “O livro das horas plenas”, tem como título “Há um cavalo na alma de cada homem”.

14 O ritual cumprimento de Diogo Relvas, dirigido ao pai e ao avô no “silêncio passivo da torre”, quando entrava na sala, “Cá estamos”, é ilustrativo desta memória geracional (REDOL, s/d., p. 52).

15 Há vários indícios de tragédia no romance, nomeadamente na amedrontada premonição de desgraça que encontramos nas intervenções do anão.

16 “Acusava-se de que nunca se esforçara por os conhecer a tempo; fora necessário acontecer uma desgraça para que o seu António Lúcio se lhe revelasse, mas ganharia a lição, bem dura lição por sinal.” (REDOL, s/d., p.176). Também só demasiado tarde compreendeu a culpabilidade de Maria do Pilar pela morte da mãe, culpabilidade alimentada pelos irmãos (REDOL, s/d., p. 289). Diogo Relvas nunca aprendeu a lição, tal como nunca quebrou o véu de cegueira que tomava por lucidez.

17 Diogo Relvas está ele próprio escravizado ao que *tem de* acontecer. Na zanga que manteve com a filha Emília Adelaide, vê-se a si próprio como sujeito passivo de uma inevitabilidade que sobre ambos cai. “O que se afirmava perante os outros, teria de ser cumprido de maneira implacável. Também da filha, e de maneira implacável, só havia que esperar a hora do arrependimento pleno e absoluto. Sabendo, porém, e demasiado, que Emília Adelaide não se arrependeria.” (REDOL, s/d., p. 249). Designava esta atitude de ir cegamente até ao fim como a capacidade de ter “a coragem dos próprios sentimentos. (REDOL, s/d.,p. 307).

18 O mesmo acontece relativamente a Zé Pedro Borda-d’Água: “Acabara-se a peçonha, estava vingado, mas compreendia que nem a morte lhe compensava a dor, que nem a desafrota lhe arrancava do coração a espada de amargura. Fria e viva ali a tinha dentro de si pra sempre, tão certa como o ar que respirava. [...] Sim, tudo ficara realmente na mesma.” (REDOL, s/d., p. 300-301).